

III

AS PRIMEIRAS SISTEMATIZAÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL PARA A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: NOTAS SOBRE A INFLUÊNCIA DAS PERSPECTIVAS CONSERVADORAS ENTRE AS DÉCADAS DE 1940 E 1960

Adriana Ramos

Maria Angelina Baia de Carvalho de Almeida Camargo

1. Introdução

Este capítulo, construído a partir de reflexões de duas pesquisadoras da área de Fundamentos do Serviço Social, pretende jogar luz num movimento, ainda que incipiente, mas que deve ser rememorado, sobre a sistematização do Serviço Social na direção da construção de um campo de conhecimento, com destaque para as décadas de 1940 a 1960. Ainda que organicamente vinculada as tendências teóricas externas oriundas das vertentes franco belga e norte-americanas, identificamos a partir de uma pesquisa e revisão bibliográficas, esforços continuados das primeiras assistentes sociais brasileiras, de pensar sobre a profissão. As problematizações partem das compilações de experiências, de relatos de trabalho, fundamentados nos referenciais teóricos da época que influenciavam o Serviço Social. Como expressão inicial dessa sistematização, (mas não só), temos a produção de Pinheiro (1939),¹ que traz suas experiências profissionais carregadas de referências teóricas inspiradas no funcionalismo. Assim, identificamos que a profissão no seu desenvolvimento sócio-histórico, sempre apresentou mesmo que de

¹ Trata-se da obra da assistente social Maria Esolina Pinheiro, publicada em 1939, intitulada: *“Serviço Social: infância e juventude desvalidas.”* São Paulo: Cortez (reeditada em 1985).

forma incipiente, uma preocupação em não só produzir, mas também socializar o seu conhecimento sobre a realidade na qual intervia. Certamente com um referencial teórico distinto e até antagônico ao que nos respaldamos hoje, mas o que queremos validar aqui é este esforço que mesmo nas searas de sua natureza conservadora, está presente nos anos iniciais do Serviço Social brasileiro.

Tratar da produção de conhecimento no período proposto, neste artigo, implica considerar o contexto da época e as primeiras preocupações com a formação profissional por meio da organização nas escolas de Serviço Social que se constituíam no país. De acordo com Sá (1995), se desenvolve no Brasil, especialmente no período de 1936-1954, a expansão das escolas, a organização da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) e a regulamentação do ensino de Serviço Social em seus aspectos curriculares. A autora, destaca que nos anos iniciais os conteúdos abordavam a sociologia, noções de Direito e Legislação, Economia e Política Social, Higiene e Enfermagem, Psicologia, Pedagogia e elementos da Psiquiatria. São os conhecimentos, considerados:

[...] de natureza “científica” aos quais se acrescentam de ordem “teórica” e “prática”. Os teóricos compreendem: o Serviço Social – natureza, métodos, processos, campos, órgãos de Serviço Social, noções de técnicas auxiliares do Serviço Social, moral profissional e sua aplicação ao serviço Social. A formação prática refere-se às realizações ou “a um aspecto da formação técnica”, constituindo em estágios, visitas domiciliares, visitas a obras sociais [...]. (Sá, 1995, p. 74)

A formação evocava de maneira incipiente, conhecimentos tidos como “científicos”, a partir de uma concepção positivista de “ciência”, desenvolvida especialmente a partir da sociologia, ainda que o ensino de Serviço Social não estivesse no âmbito universitário². É

² Netto (1998, p. 126), destaca que institucionalmente a interação da profissão com as disciplinas vinculadas às ciências sociais começa a esboçar-se na passagem dos anos de 1950 aos anos de 1960, só se concretizando na dinâmica do processo de renovação do Serviço Social sob a autocracia burguesa. Sendo de fato o momento em que a

possível considerar que é a partir desses elementos curriculares que a profissão iniciava a sua trajetória ainda demarcada por iniciativas confessionais e paroquiais, conforme demonstrou Netto (1998).

Partimos do pressuposto que as modificações sofridas pela profissão, especialmente a partir de 1945, expressavam a vinculação do Serviço Social brasileiro e latino-americano com as escolas norte-americanas e com os conteúdos formativos para a área nesse país³. A hipótese que se coloca é que apesar da profissão, na época, não dispor de estatuto acadêmico e não ser reconhecida e regulamentada⁴ (o que ocorrerá apenas nos anos de 1950), já existia um esforço de organização e sistematização do trabalho do Assistente Social. Esse movimento como um “esboço” para a produção do conhecimento, se localizava na estrutura de uma elaboração teórico-prático⁵, orgânica à tradição conservadora, mediado sobretudo pela sociologia norte-americana.

Articulando esses elementos, o artigo está estruturado em quatro itens e as considerações finais. Primeiro, realiza breves considerações acerca da concepção de produção de conhecimento na área de Serviço Social. Segundo, apresenta de forma panorâmica as duas primeiras sistematizações no universo profissional, situando-as a

formação de assistentes sociais “[...] recebe de fato o influxo da sociologia, da psicologia social e da antropologia”.

³ Para Iamamoto; Carvalho (1998, p. 228), “como marco da influência norte-americana no ensino especializado no Brasil, situa-se o Congresso Interamericano de Serviço Social realizado em 1941 em Atlantic City (USA). A partir desses eventos se amarram os laços que irão relacionar estreitamente as primeiras escolas de Serviço Social brasileira com as grandes instituições e escolas norte-americanas e os programas continentais de bem-estar social”.

⁴ Em 1953 foi publicada a Lei Federal nº 1.889, em 13 de junho de 1953, que dispõe sobre os objetivos do ensino de Serviço Social, sua estrutura e as prerrogativas para os portadores de diploma de Assistente Social e Agente Social. A primeira lei de regulamentação de Assistentes Sociais no Brasil ocorre através da Lei Federal nº 3.252, de 7 agosto de 1957. Inaugurando, partir da década de 1950 uma nova etapa na trajetória profissional no país.

⁵ Esse período, de acordo com Iamamoto (1997), ocorre mediante a preservação das bases doutrinárias originais, mais com a incorporação do suporte teórico das ciências sociais, especialmente através da noção de comunidade e do princípio de solidariedade, associada a filosofia social humanista cristã e aos procedimentos de intervenção do Serviço Social norte-americano, compondo o *arranjo teórico-doutrinário* da profissão, sem alterar os compromissos sociopolíticos com o *ethos* burguês.

partir das influências do Serviço Social europeu e norte-americano. Terceiro expõe o (esboço) da produção de conhecimento na profissão como um caminho iniciado entre as décadas de 1940 e 1960, estando esta, marcada pela influência positivista no Serviço Social brasileiro. E, quarto, que discorre sobre as primeiras sistematizações profissionais no âmbito do desenvolvimento de comunidade, no período de 1950-1960.

2. O Serviço Social e a produção de conhecimento: breve considerações

Entendemos como recomendável, tecer algumas ponderações sobre o que compreendemos como produção de conhecimento e, mais especificamente, como essa dinâmica se opera no campo do Serviço Social. Partindo de uma perspectiva crítica, no exame da realidade, consideramos como produção do conhecimento, os acúmulos sócio teóricos de uma determinada área do saber construídos numa processualidade histórica, que tem uma relação orgânica com a realidade social nas suas contradições e tensionamentos. Assim, afirmamos que a produção do conhecimento expressa as tendências históricas, econômicas, sociais e culturais do contexto do capitalismo em suas diversas fases e, portanto, a concepção de produção de conhecimento não está apartada da conjuntura social, política e econômica que se vivencia. As tendências e/ou referencialidades teóricas se constroem como formas de análise e de se apropriar do mundo, da sociedade e da realidade (Silva, 2023). Neste processo, não há nem homogeneidade nas formas de pensamento e nem “harmonia” nas conjugações do ser e do pensar, pois existem distintas formas de apropriação do mundo, como por exemplo, a partir do senso comum, da arte, da religião, do conhecimento prático, dentre outras (Silva, 2023).

Numa perspectiva alinhada com o campo da tradição marxista, no âmbito das Ciências Sociais, a produção do conhecimento apresenta como determinante, o processo de desvelamento do real, mobilizando um esforço intelectual para o pesquisar e deslindar os elementos constitutivos da realidade social, se apropriando de sua aparência no

intuito de capturar sua essência. Nessa dinâmica, se constroem determinadas racionalidades, que neste escopo, disputam a hegemonia sendo esse processo fundamentado nas relações sociais concretas entre homens e mulheres de uma determinada sociedade, que se constitui a partir de um determinado modo de produção.

Mas para que se atribua um estatuto teórico ao processo de produção de conhecimento, é fundamental a compreensão de que, nos termos de Marx, a existência da realidade é anterior ao ato de se pensar sobre ela, e o sujeito exerce um papel fundamental no ato de pensar sobre a realidade, que independe desse ato para existir. Portanto, é partindo desse processo que se capta a reprodução ideal (no pensamento) do movimento real do objeto que se dinamiza na realidade social, que se manifesta de várias formas, nas suas mais diversas determinações. Assim, torna-se necessária a presença de um sujeito para construir um processo de produção de conhecimento teórico, que tenha a capacidade de “[...] independentemente da sua vontade e desejo, “[possa]” captar e traduzir, por meio do pensamento, essa vivacidade “[...]” da existência desse objeto na realidade concreta” (Silva, 2023, p. 60).

Considerando que nos inserimos na lógica capitalista, o processo de produção de conhecimento também será afetado pelas mudanças que essa sociedade constrói a partir do desenvolvimento de suas forças produtivas. Assim, esse processo não passa incólume das transformações societárias, e, por fim, acaba sendo abstraído e capturado pela lógica do capital, que o direciona para lhe ser funcional. Com esta perspectiva, consolida-se uma produção de conhecimento que seja útil no sentido de manutenção de hegemonia, de sua direção social, política e econômica, ou seja, a produção de conhecimento pode ser apropriada e absorvida pela lógica do capital, produzindo referencialidades teóricas que justifiquem a existência e manutenção desse sistema.

3. A produção de conhecimento na profissão: o caminho iniciado

Considerando então que a construção e produção do conhecimento envolve os elementos acima, pensar essa dinâmica na profissão do Serviço Social desde sua gênese na realidade brasileira, nos anos de 1936, contém algumas implicações. De acordo com as pesquisas realizadas, o Serviço Social apresenta um conjunto de materiais e referências teóricas que nortearam sua formação e seu trabalho profissional na sua trajetória sócio-histórica brasileira. Ainda que altamente influenciado pela sociologia norte-americana, a partir da década de 1940, sempre esteve presente a necessidade de sistematizar informações sobre a profissão. Portanto, genuinamente não há uma produção própria⁶ do Serviço Social brasileiro, ou seja, majoritária e expressivamente escrita por assistentes sociais brasileiras/os, processo que somente se intensificou a partir dos anos de 1970. Mas não se pode desconsiderar que há um compósito de produções que revelam as formas de ser e pensar da profissão a partir de determinadas referencialidades teóricas, pois as primeiras publicações datam mais especificamente das décadas de 1950, sendo as produções bibliográficas a época, notadamente “importadas”. Portanto o que se segue são problematizações acerca destes conteúdos que são localizados em livros, textos, anais de congressos dentre outros. Uma das marcas do conservadorismo presente no Serviço Social tem origem no aspecto moralizador do exercício profissional de assistentes sociais, cujo escopo de justificação tem como um dos braços de influência a religiosidade de base cristã.

Certamente, partindo do Positivismo, este se esforçou para

[...] demonstrar as possibilidades da ciência em chegar ao conhecimento das leis que regem os fenômenos naturais de acordo

⁶ Até a década de 1950, eram raríssimas as produções do Serviço Social brasileiro considerando que seu diálogo consistia basicamente com a literatura norte-americana, oriunda das Ciências Sociais e que abordavam questões muito mais tecnicistas do que teóricas, ainda que as concepções de sociedade, de mundo, e de homem estivessem atreladas ao Positivismo.

com métodos cientificamente experimentados e comprovados, e expos os limites das explicações religiosas, do obscurantismo, das crendices e do atraso, características que eram próprias ao mundo da feudalidade”. (Escorsim Netto, 2020, p. 177)

Se pensarmos no padrão da sociabilidade burguesa, estamos convencidas de que o pensamento conservador é orgânico a ela e, portanto, funcional a sua dinâmica. Considerando a gênese da profissão nos marcos do capitalismo monopolista, ela certamente não sai ileso desta influência, ao contrário, assim como o conjunto das ciências sociais, é prenhe de uma herança conservadora. Essa aliás era a referencialidade teórica premente na sociologia norte americana da época, e assim o Serviço Social se imbuí na perspectiva de sistematizar, relatar e pensar sobre sua intervenção profissional.

Essa forma de aparecer das ciências sociais, oculta seu real significado sobretudo a partir da sociologia positivista que é forjada para a criação de uma ideologia de coerção e consenso para a manutenção da ordem social. Portanto, nada mais conservador. “[...] A tradição positivista se reúne em torno de um conjunto de explicação sobre a sociedade que questiona [...] a possibilidade de alcançar a essência ou os fundamentos de tais explicações. Podemos identificar sua unidade na fragmentação da realidade em setores ou ‘subsistemas’ autônomos, com funções previamente determinadas e interdependentes, cujo funcionamento deve se orientar para manter a estabilidade do sistema na constante busca da sua manutenção e do seu aprimoramento” (Guerra et al; 2024, p.103).

Nesse sentido, compreende-se que o Positivismo tem seu fundamento científico no “organicismo”, ou seja, na compreensão de que a sociedade, como um todo, de forma isolada, funciona como um “organismo humano” que se integra a partir das suas partes, considerando que cada uma delas apresenta uma determinada função. Mas que age de forma sistemática, validando assim a sociedade como um organismo social. Esse contexto é salutar para a manutenção do instituído, para que cada uma realize sua tarefa, ou seja, para que cada instituição e cada indivíduo mantenham uma harmonia, integrando o

todo que deve se manter coeso. Por isso é necessário que seus membros se apropriem das regras e valores sociais, para que não ocorra a anomia e para que assim a sociedade funcione sem nenhum desajustamento. Para tal, ou seja, objetivando o aperfeiçoamento da sociedade, as reformas se configuram como mecanismos de correção das anomias sociais que podem comprometer o todo, colocando em risco, a sociedade capitalista.

Esta forma de simular no escopo das Ciências Sociais⁷, objetivando o estudo da sociedade, à época, meados do século XIX, foi uma estratégia para que se atribuisse valor a elas, pois as demais Ciências, conhecidas como Naturais, exerciam uma hegemonia no campo da produção de conhecimento. Por isso era necessário para que as Ciências Sociais tivessem a elevação a este estatuto, que houvesse a concepção de que a sociedade é regida por leis naturais, que são desarticuladas das ações humanas o que produz uma harmonia natural, onde a explicação dos fenômenos se expressa de forma neutra, objetiva e isenta de julgamentos de valor. (Escorsim Netto, 2020). Desta forma, “equalizar” as Ciências Sociais às Ciências naturais, renderia legitimidade para a Sociologia.

Essa lógica de equiparação a um organismo social produz determinadas derivações que se concretizam em nomenclaturas como “diagnóstico social”, “patologia social”, “anamnese” e “tratamento social”, dentre outras. Tais conceitos foram devidamente apropriados pelo Serviço Social, construindo um vocabulário de significados no seu processo interventivo. Portanto, esperava-se que “[...] o assistente social [tivesse] formação que o [habilitasse] ao diagnóstico compreensivo do comportamento humano e das condições sociais que afetam o comportamento e os padrões de vida”. (Ministério da Educação e Saúde, 1955, p.82). No que se referia as finalidades da profissão, na realidade brasileira, elas estavam em sintonia com o

⁷ Neste texto não abordaremos o contexto em que surgem as Ciências Sociais como forma científica de justificativa de manutenção do poder do projeto burguês, ou seja, o pensamento conservador que é orgânico ao campo da Sociologia e a sociabilidade burguesa que se instaura no pós-1848, será também constitutivo do Serviço Social na sua gênese, mas para maiores aprofundamentos conferir Escorsim Netto (2011)

projeto hegemônico burguês com referenciais profissionais que apresentavam um exame superficial sobre a realidade na qual se intervinha articulado com determinados conteúdos teóricos metodológicos que não se propunham ao alcance da essência dos fenômenos sociais. Por isso,

No que se refere ao Serviço Social, o primeiro suporte teórico-metodológico necessário à qualificação técnica de sua prática e à sua modernização foi buscado na matriz positivista e consequentemente na sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social. **A teoria social, assentada no positivismo, aborda as relações sociais dos indivíduos** no plano de suas vivências imediatas, como fatos que se apresentam em sua objetividade e imediatez. Essa perspectiva restringe a visão teórica ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação. As mudanças apontam para a conservação e preservação da ordem estabelecida, isto é, do ajuste (Andrade, 2008, p.278, grifos nossos).

Durante décadas esse foi o substrato teórico metodológico e ídeo-político que constituiu os processos interventivos do Serviço Social, nos seus saberes teóricos e nas suas metodologias interventivas que mesclavam tanto os referenciais da doutrina social da Igreja quanto os referenciais da sociologia positivista norte americana, e daí sua natureza sincrética⁸. Essa referencialidade teórica se configurou na construção de uma cultura política avessa a uma crítica a sociedade capitalista e ao conjunto de desigualdades por ela produzidas, gerando um “tecnicismo asséptico” que apresentava resultados com características práticas, empiricistas, reiterativas, não valorativas da teoria e sim do pragmatismo e do imediatismo, o que ratifica a ausência de questionamento e problematizações efetivos a ordem instituída. (Forti; Cunha; Pequeno, 2025, p. 29-30)

Nessa esteira argumentativa, entre os anos de 1939-47, assistentes sociais apresentaram uma preocupação, de construção de uma elaboração de critérios teóricos e técnicos, com tonalidades

⁸ Para aprofundamento sobre esta temática conferir Netto (1991), Capitalismo Monopolista e Serviço Social no Brasil.

conservadoras, para nortear sua atuação profissional e que contribuíssem para sua legitimação nos espaços sócio-ocupacionais que estavam inseridas. A concepção de profissão, no âmbito da matriz positivista, se atinha a uma prática individualizada que pretendia agir sobre os “desajustamentos familiares e sociais”, centrada em políticas que visavam o desenvolvimento, adequando sua metodologia a esta questão com ações promocionais, preventivas e corretivas (Netto, 1991). No que se refere a profissão, “[...] Serviço Social seleciona, normalmente, não só as qualidades morais dos indivíduos, como os próprios indivíduos capazes de mais completa adaptação social”. (Pinheiro, 1939, p. 47). Sobre os problemas sociais, a proposta se centrava-se no diagnóstico social e no tratamento de seus aspectos superficiais, considerando que estes eram responsabilidades individuais, no sentido de correção desses indivíduos, portanto a reforma de caráter, proposta defendida por Mary Richmond está presente nesse contexto. Ou nas palavras de Pinheiro (1939, p. 17), “o Serviço Social é o órgão controlador desses desequilíbrios, porque age dentro de cada necessidade social, visando reconduzir os desajustados a vida normal”. Endossando essa concepção também citamos Fontoura quando observa que,

A caridade antiga tratava de minorar as agruras dos que sofriam, isto é, se dirigia aos efeitos visíveis dos males sociais, ao passo que o Serviço Social procura evitar os motivos que geram aqueles sofrimentos, isto é, se dirige especialmente às causas dos desajustamentos sociais (Fontoura, 1945, p. 62).

Nesse sentido identifica-se que os registros sobre atuação profissional continham particularidades da influência de parâmetros teóricos oriundos dos campos das ciências sociais e biológicas para a explicação de uma determinada realidade, bem como o subsídio para sua intervenção, que se expressa na divisão de Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, tendo como referenciais autores norte-americanos.

Cabe destacar que, mesmo o Serviço Social não possuindo o status de ciência, tal característica, ao longo da sua história, não lhe retirou a necessidade de pensar, questionar e reelaborar a sua prática profissional à intervenção na realidade social. Ao longo desse processo de reelaboração, não restrito apenas à dimensão da intervenção profissional, o Serviço Social pode amadurecer a sua produção de conhecimento, [...]" (Silva, 2023, p. 65).

Com tais ponderações afirmamos em consonância com os diversos estudos sobre essa questão que as influências das primeiras escolas, na sua matriz curricular, e o primeiro suporte teórico-metodológico da profissão foi o Positivismo, que pode ser compreendido "[...] como um corpo de ideias que, com sua complexidade, diversidade e em seus diversos desdobramentos, invadiram, influíram e ainda influem no campo das ciências em geral e, em particular, no das ciências sociais" (Escorsim Netto, 2020, p. 173). Esta forma de leitura do mundo se subsidia numa análise dos fenômenos sociais, por Durkheim, denominados de fatos sociais, que partem da "[...] apreensão objetiva dos fatos e dados, ou seja, com o que se demonstra no aparente, circunscrito no que já existe, em fragmentações, sob uma previsibilidade e na frequência do que se sabe." (Pinheiro; Sunsyaray, 2023, p.75-76)".

Na materialidade do processo de intervenção profissional, ou prática profissional, compreendia-se que "os males humanos [podiam] ser interpretados, no geral, como resultantes [dos] desajustamentos individuais, familiares ou sociais." (Pinheiro, 1939, p.14), logo esses referenciais teóricos não só se expressavam na compreensão dos "problemas sociais" mas através de ações práticas como: atividades recreativas que objetivavam um **processo de ajustamento** como pela educação preventiva dos **desajustados** no grupo social familiar, (Ministério da Educação e Saúde, 1955, p.92, grifos nossos) considerando que era " [...] preciso revelar os sentimentos de responsabilidade e solidariedade que existem em estado latente na maior parte dos indivíduos, [...] em seguida dar a família, base de toda eficiente reconstrução social, coesão, desenvolvendo o amor do lar [...]"

(Pinheiro, 1939, p. 18). O foco nas perspectivas das Ciências Sociais trará para a Serviço Social, abordagens patologizantes e moralizadoras, reproduzidas nos currículos e conteúdos disciplinares que apresentam uma formação disciplinadora de hábitos da classe trabalhadora, o que ratifica a contraposição das elites brasileiras as formas de vida desta população. No processo de formação profissional algumas disciplinas expressam essa questão, tais como: **higiene**, alimentação, anatomia e fisiologia, **arte doméstica**, puericultura, moral profissional (Ministério da Educação e Saúde, 1955, grifos nossos), que demonstravam a necessidade de controle da população e divulgação dos valores da sociedade burguesa, tendo um “agente do Estado” atuando como fiscalizador, realizando assim a prática do consenso e da coerção.

Assim a profissão apresenta sua “[...] herança intelectual, [que] floresce no universo cultural do pensamento humanista-cristão e, no decorrer de sua história, irá se secularizar e absorver outras referências importantes para a construção do seu fazer profissional”. (Vianna, 2025, p.88). Ainda assim, havia uma preocupação não somente com o registro e a sistematização sobre sua prática profissional, mas buscavam constantemente cursos de aperfeiçoamento, onde grande parte era realizado em outros países, compreendendo que,

Nos anos de 1940 e 1950, com o desenvolvimento das escolas brasileiras especializadas em Serviço Social, em simultâneo com o processo de secularização e **ampliação do suporte teórico científico**, a categoria recebe forte influência das ciências sociais. A formação profissional embebeu-se do empirismo norte-americano, caracterizado por um tecnicismo advindo da mistura da psicanálise, da sociologia positivista e do funcionalismo]” (Vianna, 2025, p. 88, grifos nossos).

Nesse sentido podemos atribuir a essa dinâmica impetrada pelas assistentes sociais como um embrião de preocupação com a produção de conhecimento, como podemos atestar na seguinte orientação nos cursos de especialização para Assistentes Sociais, já na década de 1950, que apresentava como finalidades : “[...]: estimular o maior aperfeiçoamento (...) por meio de conferências e cursos para pós-

graduados, *editar uma revista oficial*, [...] organizar, bienalmente, congressos e conferências de Serviço Social.” (Ministério da Educação e Saúde, 1955, p.125, grifos nossos). Assim, nas décadas de 1940 a 1950, que marca o início da profissão sobretudo no campo da produção de conhecimento, nos deparamos com um Serviço Social mais homogêneo nas suas perspectivas teórico metodológicas, que na realidade brasileira, influenciada fortemente pela Igreja Católica, produz um arranjo teórico doutrinário, no qual a profissão se respaldará. Assume inicialmente uma “[...] reunião eclética do discurso neotomista presente no pensamento conservador franco-belga com o suporte técnico-operativo inspirado na sociologia estadunidense [...] pautada na ética do comunitarismo cristão [...]” (SILVA; SOARES, 2023, p. 104). De acordo com análise de Battini,

Com forte hegemonia, nestas décadas a institucionalização do saber e do exercício profissional era afeta a entidades privadas que subsidiavam as escolas e a produção científica no âmbito profissional, tais como: Conselho Internacional de Bem-Estar Social, Associação Internacional de Escolas de Serviço Social e Conferência Internacional de Serviço Social. No Brasil era representada pelo Comitê Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social – CBCISS. Sob sua responsabilidade, publicações como a Coleção Cadernos Verdes e a Revista Debates Sociais (1ª edição de 1947) subsidiavam as discussões no âmbito profissional (Battini, 2016, p. 159-160).

4. Influências conservadoras no Serviço Social: elementos e tendências históricas.

As primeiras sistematizações do Serviço Social no Brasil, em nossa análise considerando a produção do conhecimento na área, entre as décadas de 1940 a 1960, ocorrem notadamente sob influências do personalismo norte-americano⁹, promovendo modificações na

⁹Para Netto (2005), o personalismo norte-americano é uma corrente ideológica e que possui objetivos idealistas e grande entonação intelectual, especialmente a partir de 1949. Um fenômeno mundial que estrutura uma moldura explicativa e interventiva sobre as expressões da “questão social” e que repercute fortemente na profissão. O

formação e no trabalho¹⁰, visto que as primeiras experiências profissionais estavam estruturadas na articulação no bloco católico, através da Doutrina Social da Igreja Católica e no apostolado social¹¹, o que atribuiu a profissão bases mais *doutrinárias* que *científicas*, conforme afirma Iamamoto (1997).

Datam desse período duas produções importantes. A primeira é a produção de Maria Esolina Pinheiro¹², em 1939 (reeditada em 1985), onde estão registradas as experiências profissionais baseadas no “depoimento direto”, conforme consta no prefácio a segunda edição. Além disso, essa publicação pioneira do Serviço Social brasileiro traz elementos referentes a concepção sobre a profissão pois, registra sobretudo:

foco de análise está na personalidade, nas relações interpessoal e, posteriormente, na ideologia do promocionalismo. No Serviço Social, configurando no universo profissional o chamado Serviço Social de caso, grupo e comunidade.

¹⁰ Importante estudo sobre o desenvolvimento da Escola de Serviço Social de São Paulo encontra-se em Yazbek (1980). O tema central dessa pesquisa são os traços gerais e principais da primeira escola no Brasil no período de 1936 até o ano de 1945. A autora problematiza dentre outros aspectos a formação técnica e ética fundamentada nas bases doutrinárias, a concepção de profissão, a organização e a evolução da escola. Revelando, ainda, que a programação da Escola era “como a de escolas europeias e norte-americanas, e que foi organizada de modo a proporcionar aos alunos a aquisição de conhecimentos **teóricos** e práticos” (Id., p. 42-43, grifos nossos). Destaca, ainda, que “apesar do precário instrumental técnico de que dispõe, contesta as formas de beneficência prevalentes até então e vai influir na linha da racionalização e da organização do trabalho das obras sociais da época”.

¹¹ De acordo com Yazbek (1980) e Carvalho (1980) essa articulação foi responsável pelas primeiras referências técnicas e éticas, formas iniciais de comportamento e desempenho profissional, como também, pela concepção do Serviço Social como atividade profissional, cuja “[...] formação moral seria o coroamento do trabalho de preparação do Assistente Social, pois em falta de uma formação moral solidamente edificada sobre uma base de princípios cristãos, a ação seria falta dos elementos que garantem uma ação educativa, que é a visada pelo Serviço Social” (CARVALHO, 1980, p. 65).

¹² Relevante indicar que uma das primeiras publicações, em 1939, ou primeira de fato, se deve aos empenhos de Maria Esolina Pinheiro, como uma das constituintes do universo das “pioneiras do Serviço Social”, que iniciou sua carreira no Juizado de Menores no Rio de Janeiro. A ela cabem as honras de ter fundado a Associação Brasileira de Serviço Social (ABSS) e uma das primeiras escolas/ faculdade pública oficiais da profissão no Brasil, hoje conhecida como Faculdade de Serviço Social da UERJ. (Machado, 2021).

[...] a visão da autora sobre a questão da institucionalização [que] deve merecer destaque especial, pois já demonstra, através de suas referências a preceitos legais e construção de inquéritos [a] tentativa de sistematizar os conteúdos dos cursos, [ou seja] uma preocupação com o que posteriormente veio a se chamar tecnificação da profissão. É importante assinalar que ela possuía, nesse período, uma conceituação de caráter diferente da conhecida benemerência de cunho religioso, tão presente no Serviço Social naquele momento. (FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA UERJ, 1985, p. 9).

Pinheiro (1985) visa expor as ideias e técnicas presentes no Serviço Social naquela época histórica, assim como as distintas áreas de inserção do profissional. Observa-se ainda a preocupação da autora para estabelecer uma definição para a profissão, concebendo que

[...] a ação do Serviço Social se entrelaça totalmente com a execução da legislação do social, sobretudo, a de assistência em geral e a de proteção aos menores abandonados, adaptação dos anormais e reeducação dos delinquentes (PINHEIRO, 1985, p. 19).

Essa compreensão para a autora, decorre do entendimento do inquérito social e das pesquisas, como elementos constitutivos da sociologia aplicada enquanto parte experimental e os “desajustamentos sociais” são apenas parte descritiva, cuja finalidade do Serviço Social é reforçar a ação dos serviços públicos (Id.). Sendo para Pinheiro (1985), a sociologia como a conexão da profissão, com a biologia, psiquiatria, economia, direito, estatística e política. Desse modo, “O Serviço Social realiza toda a aspiração da solidariedade. Impõe-se pela nobreza de sua missão, que visa o desenvolvimento equilibrado da personalidade humana” (Id.).

Pinheiro (1985) também registra o cotidiano profissional, mencionando dados estatísticos, as requisições profissionais, as necessidades sociais e o que estava previsto na legislação da época. Dessa forma vai tecendo o registro profissional, detalhando os atendimentos, ressaltando as características do público atendido, a condição familiar, as medidas tomadas.

A segunda produção da profissão é a ***Revista Serviço Social do Brasil***¹³, editada entre os anos de 1939 a 1956, também, conhecida como “Revista do Padre Saboia” (Cf. Ferreira, 2009). Segundo a autora (Id., p. 270), o compromisso da Revista era com os padrões morais cristãos e “[...] com o pensamento doutrinário católico, o que incide sobre a formação do assistente social, do qual se exige não somente preparo técnico, como também ‘sólida formação moral’ e vocação” e, simultaneamente, torna-se mecanismo para abastecer e difundir a produção teórica na área profissional, uma vez que era o único do gênero no país. Paulatinamente

[...] o número de páginas da revista salta para os três dígitos (cerca de trezentas páginas). As inovações também estão nos colaboradores, agora de outras áreas do conhecimento e até internacionais; na licença para temas variados, não restritos ao Serviço Social; na abertura para outros estados (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco) e países; nos anúncios publicitários, que então ocupam mais páginas e divulgam produtos não necessariamente ligados ao público-alvo da revista; nos artigos em língua estrangeira; e na divisão da revista em séries temáticas (Problema da Habitação; Problema da Criança; Tuberculose; Mocambos) e seções fixas (Caderno Rural; Resenha de Revistas Estrangeiras; Cinema e formação social) (FERREIRA, 2009, p. 256).

Essa produção ao revelar o conservadorismo doutrinário que alicerça a profissão na sua origem, no Brasil, por outro lado, também registra, de acordo com a autora, a transição lenta e gradual, a partir do segundo ano da Revista (n. 13) para o reformismo conservador, cujo nexos crucial é “a do *pensamento conservador*, com seu medular positivismo e seus traços pragmáticos e empiricistas” (Netto, 2005, p. 115) que estrutura a cultura profissional do Serviço Social europeu e norte-

¹³ De acordo com Ferreira (2009, p. 254), “o número inaugural de Serviço Social foi publicado em janeiro de 1939 sob a direção de Luis Carlos Mancini – redatora-chefe: Nadir Gouvêa Kfoury; procuradora: Yolanda Maciel; gerente: Waldomiro Ferraz de Barros; secretário: Ernani de Paula Ferreira. Esse corpo editorial era formado por então alunos da Escola de Serviço Social de São Paulo (atual Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)”

americano, embora com diferenciações significativas, conforme demonstra o autor¹⁴. A profissão teve no seu arranjo teórico doutrinário como base, a influência do pensamento neotomista, vinculada a Doutrina Social da Igreja, o que se expressa, por exemplo, no primeiro Código de Ética de 1947, como referência a conduta profissional. Os valores e princípios ali contidos se referem ao bem comum, a solidariedade, a dignidade de todas as pessoas, a justiça, dentre outros, além do respeito às leis de Deus.

Também se faz presente um tipo de personalismo estruturado¹⁵ através do neotomismo que influencia a profissão, articulado aos insumos positivistas e a sua derivação funcionalista. Nessa dinâmica a “questão social” é tomada como problema social e submetida aos dogmas católicos e aos insumos teórico-metodológicos da concepção de ciência da matriz positivista. A “questão social” é concebida como problema moral, fundamentada em base teológica, instituindo valores morais universais e inquestionáveis por visar o bem comum, a perfectibilidade, a justiça social –, valores que são tomados de forma a-histórica e abstrata. Esta racionalidade amparada em dogmas religiosos e pressupostos positivistas de ajustamento social e moral, que servem de alicerce para o processo de moralização da “questão social” pelo viés do personalismo de base neotomista, se expressa numa outra forma de individualizar a “questão social” e promover a sua psicologização.

¹⁴ Netto (2005) ao decifrar a cultura profissional conservadora até os anos de 1960, discorre sobre as condições culturais presentes nas protoformas do Serviço Social tanto na Europa quanto nos E.U.A. e que associada com o desenvolvimento capitalista estruturaram os embriões do movimento reformista do mundo burguês e que repercutirá no projeto de intervenção da profissão. Para saber mais consultar Netto (2005, p. 108-131).

¹⁵ Importante lembrar, que nos Estados Unidos da América (EUA), a cultura conservadora, é marcada pela “voga psiquiátrica”, pela psicanálise e pelo “psicologismo extremado” (Cf. Netto, 2005, p. 122-123), com foco no estudo da personalidade e mais as abordagens de cunho interpessoal, as terapias grupais e o desenvolvimento e a organização de comunidade. O personalismo estará associado ao pragmatismo, cuja rota da psicologização das expressões da “questão social” são vias consideradas na época mais técnicas e “científicas” e sem a presença dos insumos doutrinários da Igreja Católica. Essas serão as algumas das influências conceituais presentes na produção teórica do Serviço Social.

Nessa lógica, a natureza humana é imutável e modelada por Deus e, por isso, a educação moral fornecida pela Igreja Católica e pela família são fundamentais para garantir a harmonia social e o bem comum. Para realizar o bem comum como valor universal é importante a existência de instituições e a presença do Estado, mas que não podem se sobrepor a ação da Igreja e da família na condução da vida humana projetada por Deus. É nessa matriz conservadora que se desenvolve a ideia da profissão como vocação, um tipo de ajuda especializada na prática da assistência, assim como é forjada a compreensão do papel da mulher como agente moral central na formação dos filhos e na condução da família tendo por base a educação cristã. A profissão se identifica com a ideia de promotora do bem comum e de educação cristã, numa intervenção baseada em uma *moldura ético-moral* (Cf. Netto, 2005^a). Aqui são dadas as bases da influência neotomista na profissão e da sua vinculação com a Igreja Católica que se transformará ao longo do desenvolvimento capitalista, enquanto elemento conservador da ordem; embora o neotomismo continuará a subsidiar os valores profissionais, no caso do Brasil, até a ruptura ético-política no Código de 1986.

5. Breve resgate das primeiras sistematizações profissionais entre as décadas de 1950 a 1960 do Serviço Social brasileiro a partir das experiências do desenvolvimento de comunidade

Como sinalizado, as primeiras sistematizações na direção da produção de conhecimento no campo de Serviço Social datam da década de 1940 e a partir deste momento elas se adensam devido não só ao aumento do número de cursos e escolas, mas da própria necessidade do desenvolvimento da profissão na sociedade brasileira, não somente na busca de sua legalidade, alcançada na década de 1950, mas sobretudo de sua legitimidade. Nas décadas de 1950, temos a

publicação de José Lucena Dantas e José Arthur Rios¹⁶ e na sequência nos anos de 1960 com a adesão do Serviço Social brasileiro ao Desenvolvimento de Comunidade (DC)¹⁷, as publicações se intensificam.

Partimos do pressuposto teórico-metodológico inscrito na tradição marxista, de que o Desenvolvimento de Comunidade (DC) é uma técnica que carrega a ideologia conservadora do *ethos* burguês e que é utilizado para reproduzir as relações sociais dominantes. Os pressupostos funcionalistas orientadores de sua implementação se subsidiam na ocultação dos fundamentos das desigualdades sociais, dentre outros elementos. De acordo com Castro (2011), constituem alguns eixos centrais das propostas de DC: a participação popular como fator-chave para impulsionar o desenvolvimento; o desenvolvimento de sistemas e métodos para fomentar o progresso econômico e social; e que a solução ao subdesenvolvimento é a associação entre comunidade e governo. Para o autor:

O efetivo ordenamento das nossas sociedades subdesenvolvidas é escamoteada na ficção de uma igualdade inexistente, tanto na realidade como na elaboração conceptual dos defensores do desenvolvimento comunitário. [...] nesta ficção, à comunidade compete aportar a sua energia e o seu compromissamento, enquanto governo, exercendo o seu poder em benefício de todas as classes sociais, cabe, nesta

¹⁶ Considera-se que na direção da produção de conhecimento na perspectiva da Organização de Comunidade e do Desenvolvimento de Comunidade temos como protagonistas as publicações de: Missões Rurais de Educação: a Experiência de Itaperuna, de 1952, pelo Ministério da Agricultura e mesmo sendo coletiva conta com a participação expressiva da assistente social Aylda Faria da Silva Pereira; Educação de Grupos de Jose Arthur Rios, de 1957, publicado pelo Serviço Nacional de Educação Sanitária, e o livro Introdução à Organização Social de Comunidade de Balbina Ottoni Vieira, de 1958, publicado pelo Serviço Social do Comércio – SESC.

¹⁷ Sem dúvida as primeiras ideias do DC, em âmbito internacional, estão nos anos de 1920 e podem ser encontradas, nos textos de Hart, Liderman, MecClenaham, Pitit, Steiner e, no final dos de 1930, nos textos de Robert Lane, conforme demonstra Castro (2011). Essas produções iniciais são âncoras para os Congressos Americanos de Serviço Social que ocorrem nos anos de 1930 e 1940, influenciando a geração de assistentes sociais da época, dado o impacto do desenvolvimento de comunidade na profissão na América Latina.

associação, colocar ao dispor daqueles recursos financeiros, apoio técnico etc. (CASTRO, 2011, p. 148).

Para Andrade (2008, p 284), “o DC foi uma estratégia lançada para garantir a prosperidade, o progresso social e a hegemonia ideológica [norte]americana (capitalismo), cuja política visava preservar o mundo livre de ideologias não democráticas” numa perspectiva adaptativa e integrativa, se configurando como um instrumento de dominação, não exclusivamente ideológica, dos países de capitalismo periféricos. O DC emerge num contexto em que os Estados Unidos da América consolidam sua hegemonia no cenário internacional após a 2ª Guerra Mundial e a necessidade de expansão do sistema capitalista¹⁸. Nessa direção, a concepção de atraso econômico social de um país, estava vinculada às áreas rurais, nas quais os índices de pobreza, desemprego e analfabetismo eram mais alarmantes do que nos grandes centros urbanos. Portanto, era necessário trazer essas comunidades para o progresso, para o desenvolvimento para que o Brasil, em sua totalidade, saísse de sua condição de subdesenvolvimento alcançando o “equilíbrio social”.

É nessa seara que as primeiras inserções profissionais nos programas do governo federal passam a suscitar a necessidade não apenas do domínio da técnica dos programas e dos projetos sociais, mais também de uma sistematização teórica ancorada nas ciências sociais, especialmente na sociologia norte-americana funcionalista. Considera-se que a preocupação dos profissionais de um lado era construir uma concepção/definição sobre o desenvolvimento de comunidade e os procedimentos técnicos para a sua atuação nesse campo. A lógica que embasava essa proposta era a de que com a superação da pobreza se alcançaria o progresso, portanto o desenvolvimento das áreas interioranas e rurais contribuiriam para a retirada do país do atraso financeiro e econômico. Essa forma de pensar, com a ausência de criticidade sobre a estrutura do sistema

¹⁸ Nesta conjuntura que o governo de Juscelino Kubitschek, com seu slogan político de fazer o Brasil avançar “50 anos em 5”, abre a economia brasileira para o recebimento de capital estrangeiro.

capitalista, ratifica que a concepção do DC, torna-se mais do mesmo, apenas com um verniz de modernidade. Ou seja, não existe a perspectiva de transformação da realidade social, nem a de refletir e questionar criticamente o instituído ainda que possamos identificar que foi a partir desse momento, que muitos assistentes sociais começaram a desenvolver uma perspectiva mais analítica acerca das reais condições de vida da população campestre brasileira. O contato mais próximo, a inserção nesse cotidiano contribuiu para uma relativa “retirada de venda dos olhos” que favoreceu a médio e longo prazo, a capilaridade, o terreno fértil para a construção de uma outra cultura profissional que se inicia nos anos de 1970 e se consolida nos anos de 1990.

De acordo com Ammann (2003), no Brasil, o embrião do DC está na década de 1940, através das ações da Inter-American International Educacional Foundation, Inc. USA, por meio dos acordos celebrados com os Ministérios de Agricultura e de Educação, com finalidade de formar técnicos para conduzir

[...] a implantação de programas comunitários nas áreas rurais e urbanas. Durante os anos 1950 adotam-se os modelos americanos pautados em supostos de harmonia e equilíbrio, que objetivam solucionar “o complexo problema de integrar os esforços da população aos planos regionais e nacionais de desenvolvimento econômico e social”. O Desenvolvimento de Comunidade afirma-se como instrumento capaz de favorecer o consentimento espontâneo e a adesão das classes subordinadas às Políticas Sociais definidas pelo Estado (AMMANN, 2013, p. 17).

A autora destaca que o Desenvolvimento de Comunidade na década de 1950 terá supostos acríticos e aclassistas, sendo que até o ano de 1951, a literatura de referência era produzida nos Estados Unidos¹⁹, cuja perspectiva teórica é de cunho funcionalista, onde formou os primeiros intelectuais brasileiros da disciplina. O destaque

¹⁹ De acordo com a autora em 1945, as escolas de Serviço Social adotavam o texto de Mac Millen, Wayne, intitulado “*Community Organization*”.

aqui é para o texto de Balbina Ottoni Vieira²⁰ que data de 1958 que ainda reproduzia elementos da Organização de Comunidade característicos dos anos de 1940.

Publicado pelo Serviço Social do Comércio, o trabalho de Vieira não expressa orientações manifestas da sociedade política, mas a elas conjuga-se, promovendo “o equilíbrio constante entre os recursos e as necessidades sociais”, pela atuação junto à sociedade civil: as obras sociais Nelas são assegurados aqueles benefícios necessários à reprodução da força de trabalho, saqueados pelo aumento de sua taxa de exploração, no âmbito do processo produtivo. (AMMANN, 2003, p. 40-41).

Partindo das reflexões da autora, nos chama atenção a influência positivista e pragmática nessa produção, mediante a utilização do “tripé positivista em sua estratégia de ação: o indivíduo, a família e a comunidade” (Id. p. 41), com foco no trabalho junto à família. Essa colocação da autora reforça a nossa hipótese de existir uma sistematização teórica da profissão, ainda que incipiente e ancorada no pensamento conservador de filiação na tradição positivista. O destaque está, ainda, para o foco na família como instituição elementar de controle e o papel da mulher como figura responsável pela educação familiar e quem deve zelar pelo bem-estar dos filhos e do marido. Sobre esse aspecto, Ammann (2003), destaca que

Na qualidade de instituição de controle e de manutenção da ordem ela é apresentada como símbolo da hierarquia, da obediência e da autoridade que devem reger a sociedade. Como no positivismo, a mulher desempenha o papel de guardiã da moral, e representa o símbolo da veneração enquanto mãe, devoção, enquanto esposa e benevolência, enquanto filha. Onde o Desenvolvimento de Comunidade naquela época privilegiar a educação da mulher, quer orientando-a diretamente no lar, através das visitas domiciliares, quer

²⁰ Vieira, Balbina O. Introdução à organização social da comunidade. Rio de Janeiro: Serviço Social do Comércio, 1958.

na organização de grupos de jovens, de donas de casa, de gestantes, de nutrízes etc. (AMMANN, 2003, p. 41).

Vale anotar, que a produção de Vieira (1958), de acordo com Ammann (2003) está inspirada na experiência de Itaperuna, uma experiência rural, no interior do Rio de Janeiro. O foco da proposta é a participação comunitária direta da população na organização social da comunidade como chave central, embora concebida de forma “acrítica, apolítica e aclassista”, como demonstra Ammann (2003). Nesta experiência observa-se no material escrito por Aylda Faria da Silva Pereira, Assistente Social integrante da equipe da Missão Rural de Itaperuna (1952), um aspecto mais descritivo do que analítico, o que não nos impede de examinar as concepções teóricas que estão presentes nesses conteúdos. As formas de ver o mundo, de compreender as relações sociais, de apontar “soluções” para os problemas sociais, revelam as matrizes teóricas que fundamentam as ações profissionais, ou seja, a relação teoria e prática. Inclusive o aspecto descritivo, é uma das características do pensamento conservador que toma a realidade como verdade sem ter que investigá-la. Podemos ainda perceber esta mesma forma de racionalidade formal abstrata quando identificamos na Missão de Itaperuna, alguns dos objetivos do Serviço Social Rural como:

[...] formação de uma mentalidade baseada nas responsabilidades dos cidadãos [...] visando o bem-estar da comunidade [...]; incentivo à formação de hábitos sociais sadios[...]; fortalecimento da vida familiar e preservação dos seus valores espirituais e materiais [...]; orientação e ajuda na solução de problemas familiares em qualquer ordem que se manifestem [...]” (Pereira, 1952, p. 188).

Dentro desta perspectiva é que nas palavras de Vieira (1977), compreende-se que o “processo do Serviço Social com comunidades se caracteriza pelo desenvolvimento social dos indivíduos e [...] busca um desenvolvimento equilibrado e harmonioso [...]” (Vieira, 1977, p. 277). O discurso adotado baseia-se nos “princípios democráticos” e na imputação de responsabilidades aos indivíduos que “integram” aquela

comunidade, aquele bairro, aquele local com o objetivo de resolver determinado problema social, através da ajuda mútua. Assim, “o Desenvolvimento de Comunidade focaliza o indivíduo de maneira indireta, pois procura melhorar o ambiente pelo próprio esforço dos que nele vivem.” (Vieira, 1977, p. 278). Logo, essa forma de análise acerca do “problema social” omite uma prática ajustadora e demonstra uma ausência de uma perspectiva crítica que problematize que condições de vida são essas, imputando para o indivíduo que dê conta de mazelas que são estruturais produzidas pelo sistema capitalista. Não há um processo reflexivo acerca das dinâmicas de exploração, das origens das desigualdades sociais, das questões macrosociedades. E se atribui ao indivíduo que ele, por si próprio, localize a suposta solução, caracterizando-o como elemento transformador, pois segundo Vieira (1977, p. 286) “[...] o indivíduo é que é o agente que transforma o meio onde vive, para nele viver melhor [...]”. Nesse sentido, não há a problematização sobre a luta de classes, a relação capital e trabalho, e a impossibilidade de harmonia numa sociedade tensionada e prenhe de contradições no conjunto das relações sociais. O pensamento gira em torno de uma naturalização desses “problemas sociais” que podem ser resolvidos a partir de um ambiente moralmente saudável ou a partir da disponibilidade de determinados recursos, ou seja, uma concepção extremamente abstraída de sua essência de contradições.

Ainda que a experiência do DC coloque as/os assistentes sociais frente a uma nova realidade, em convívio mais próximo com os “clientes”, ou seja, com a “situação-social problema do sistema-clientes”, para além dos muros institucionais, a perspectiva de leitura da realidade permanece, ainda que com verniz de modernidade, articulada as matrizes teóricas conservadoras, nas quais se destaca que o indivíduo é o “desajuste” e a sociedade é que tem seu funcionamento perfeito e adequado. Nessa concepção os únicos conflitos avistados pelo Serviço Social são referidos aos existentes entre os próprios participantes do programa, os indivíduos com os quais o Serviço Social trabalha.

Nessa perspectiva vimos o quanto a profissão vem sendo permeada, atravessada e constituída por teorias advindas do pensamento conservador, ou seja, o pensamento conservador é orgânico a profissão e por esse motivo, a ruptura com essa forma de ser e pensar é um processo lento e gradual, mas que se faz mais do que necessário. Certamente com a construção do projeto ético político temos um marco divisor de águas na profissão no cenário brasileiro. A questão que se coloca é: quais as estratégias coletivas que lançaremos mão para a manutenção desse projeto diante do ressurgimento das ofensivas (neo)conservadoras na profissão?

6. Considerações finais

Com base no que esboçamos, pudemos demonstrar que o Serviço Social no período de 1940 a 1960 realizou esforços para construir uma sistematização do trabalho do Assistente Social, com uma vinculação teórica, e que marca a estruturação para uma incipiente produção do conhecimento. Esse percurso no primeiro momento está colocado na sistematização realizada por meio dos depoimentos diretos, conforme demonstra a produção de Pinheiro (1985) -, primeira obra editada em solo brasileiro a erguer uma base de referência teórico-prática para a atuação profissional. Ainda que, nessa obra, o Serviço Social seja concebido como profissão, cuja função é controlar os desequilíbrios, a profissão também possui “suas aplicações” e a “questão social” é definida como uma série de “desajustamentos” (de condição, de espírito, de sentidos, de saúde, de amparo, de economia, de conduta). Outra sistematização que corrobora para a tese dos primeiros esforços na direção de uma produção do conhecimento é a Revista Serviço Social do Brasil (1939-1956) ou “Revista do Padre Saboia” já que essa publicação, também é reveladora no tratamento conservador da profissão sobretudo no que se refere às relações sociais produzidas e reproduzidas na sociedade capitalista. Assim como a produção de 1958 de Balbina Vieira Ottoni, acerca do Desenvolvimento de Comunidade, essas obras e outras que podem ser

exploradas e compreendidas como fundamentais para a reconstrução histórica do pensamento conservador no Serviço Social brasileiro, articulada a um determinado contexto sócio-histórico.

Dadas as limitações do levantamento realizado neste texto, consideramos relevante destacar a importância no tempo presente, atento para as interpretações teórico-metodológicas que configuraram a profissão ao longo da sua trajetória. O rastreamento das produções teóricas e sistematizações profissionais que se configuram como chaves importantes de deciframento da realidade social, pode abrir caminhos para novas pesquisas e estudos acerca da profissão no sentido de entender o Serviço Social na História. Por outro lado, não podemos deixar de mencionar que a experiência do DC proporcionou um solo fértil para a construção de um Serviço Social de caráter questionador ou nas palavras de Amann (2003), “crítico, classista e histórico”, ou seja, com possibilidades de questionamentos acerca das desigualdades sociais, das distinções de classes e do incentivo as lutas sociais. Este certamente será o terreno fértil, aliado a outros determinantes sócio-históricos para a construção do que na atualidade denominamos de projeto ético-político. Considerando que diante da conjuntura de opressão da ditadura impetrada, tais configurações forma sufocadas tendo sido retomadas de outras formas, períodos depois.

No cenário contemporâneo e com o próprio desenvolvimento sócio-histórico do Serviço Social, a partir dos anos de 1960, considerando as transformações societárias em curso, no contexto brasileiro a partir do Movimento de Reconceituação, na sua expressão denominada processo de renovação, na sua intenção de ruptura, a profissão irá romper com a herança conservadora. Assim, construindo um novo *ethos*, uma nova cultura para o Serviço Social brasileiro, que na década de 1990 culminou na consolidação do projeto ético político. Projeto este de bases progressistas, crítica, fundamentado em concepções marxistas, que possui a liberdade como valor central, aliado com os interesses da classe trabalhadora e comprometido com a emancipação política e humana, o que demonstra um antagonismo a organicidade que o pensamento conservador tem no

Serviço Social. A questão que se coloca é que mesmo com este movimento de ruptura e com a consolidação do que denominamos de projeto ético político, até que ponto as tendências conservadoras não retomarão a hegemonia?

Compreendendo que a profissão é uma arena de disputas por essa hegemonia, torna-se fundamental construir estratégias de enfrentamento ao que está posto nesta arena, que são as tendências neoconservadoras que invadem a sociedade e que reverberam na profissão e que cada vez mais se posicionam abertamente. Não por acaso tais tendências vicejam a partir dos anos 2016, quando a frágil democracia brasileira sofre um golpe parlamentar e que em 2018, as tendências conservadoras, se potencializam com as eleições de Jair Messias Bolsonaro, com as tonalidades de direita e extrema direita, modulando a política ultraneoliberal brasileira. Ora, se pensamos o Serviço Social na História e não a história do Serviço Social, precisamos ficar atentas a este contexto e as influências que ele nos traz, que apresenta um compósito ideológico de um “conservadorismo reacionário”, entretecidos pelas mediações históricas brasileiras.

Assim, a profissão que se articula compromissos socio-cêntricos atrelados a democracia, a liberdade como valor central, aos valores progressistas, necessita em caráter urgente, fortalecer seu direcionamento sociopolítico que dista substantivamente dos valores que estão prevalecendo na pauta do dia. O enfrentamento do conservadorismo deve ocorrer de forma coletiva, supõe dimensões teóricas e políticas solidas, exige a pesquisa e o estudo de suas configurações e tendências atuais. Eis um dos grandes desafios cotidianos que se expressam nos diversos espaços sócio-ocupacionais: como enfrentar de forma coletiva com outros profissionais, essa racionalidade hegemônica que pasteuriza a vida social, na direção de superar as contradições intestinas do capitalismo?

Referências

- ANDRADE, M. A. R. A. O metodologismo e o desenvolvimentismo no serviço social brasileiro – 1947 a 1961. In: **Revista Serviço Social e Realidade**. n. 1, Franca-SP/Unesp: 2008. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/13>
- AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**, 12. ed. – São Paulo: Cortez, 2013.
- BATTINI, O. Apontamentos sobre a História do Serviço Social no Brasil – 80 anos **Revista Serviço Social e Sociedade**., LONDRINA, V. 19, N.1, P. 155-170, JUL/DEZ. 2016. Disponível em: [03f61844002ff50d191096f56c4821d80f6a.pdf](https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/13)
- BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Missões Rurais de Educação**: A experiência de Itaperuna. Contribuição para o Serviço Social Rural. Uma tentativa de Organização da Comunidade. Serviço de Informação Agrícola: Rio de Janeiro. Série Estudos Brasileiros nº 3, 1952.
- CARVALHO, R. Modernos agentes da caridade. **Revista Serviço Social e Sociedade** n. 2. São Paulo: Cortez, 1980.
- CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo, Cortez, 2011.
- ESCORSIM NETTO, L. Notas para uma aproximação ao positivismo. FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (orgs). **Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social**. Fortaleza: Ceará, Socialis Editora, 2020, p. 173-194.
- FERREIRA, C. M. A História do Serviço Social pensada a Partir da “Revista do Padre Saboia”. **Revista Em Pauta**, Volume 6, n. 24, Rio de Janeiro: UERJ, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/531>

FONTOURA, A. **Introdução ao Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1945.

FORTI, V.; CUNHA, A.; PEQUENO, L. Serviço Social, projeto profissional e Neoconservadorismo: reflexões acerca da formação e do cotidiano profissionais. **Neoconservadorismo e serviço social** [livro eletrônico]: reflexões, polêmicas e questões atuais / FORTI, V.; MENEZES, J.; M, A. (orgs) -- 1. ed. -- Fortaleza, CE: Editora da UECE, 2025.

GUERRA, Y., MONTÂNIO, C. **Serviço Social crítico: teoria e prática: uma análise dos fundamentos do Serviço Social para a construção/consolidação de uma perspectiva crítica na profissão**. Campinas: Papel Social, 2024.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, M. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1997

MACHADO, G. S. **Serviço Social na cadência da memória das pioneiras cariocas** [recurso eletrônico] / G. S M. - 1. ed. - Rio de Janeiro: EdUERJ, 2021.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PINHEIRO, M. E. **Serviço Social: infância e juventude desvalidas**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Centro de produção da UERJ, 1985.

SÁ, J. L. M. de. **Conhecimento e currículo em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, F. J. S. Cultura e produção de conhecimento no capitalismo: inflexões para o Serviço Social. **Reflexões Contemporâneas sobre o debate dos Fundamentos do Trabalho e da Formação Profissional**. Coleção José Paulo Netto – Volume 3. GUERRA, Yolanda;

FONSECA, Camylla (Orgs.). 1ª Edição Eletrônica. Uberlândia: Minas Gerais Navegando Disponível em: Publicações, 2023.

file:///C:/Users/55219/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/LIVROS/LIVRO%203-min.pdf

SUNSYARAY, I.; PINHEIRO, M. A. Matrizes teóricas que influenciam o Serviço Social: um reacionarismo latente. FONSECA, C.; GUERRA, Y. (Orgs.). I. **Reflexões contemporâneas sobre o debate dos fundamentos, do trabalho e da formação profissional.** Coleção José Paulo Netto – Volume 3, 1ª Edição Eletrônica, Volume 3. Uberlândia: Navegando Publicações, 2023., P. 72-84.

YAZBEK, M. C. A escola de Serviço Social de São Paulo de 1936-1945. In. **Cadernos PUC-SP.** Serviço Social. n. 6 São Paulo. Educ/Cortez, 1980.

VIANNA, D. O rodo cotidiano e as perspectivas teóricas para o Serviço Social. **Reflexões Contemporâneas sobre o debate dos Fundamentos do Trabalho e da Formação Profissional.** Coleção José Paulo Netto – Volume 3. GUERRA, Y.; FONSECA, C. (Orgs.). 1ª Edição Eletrônica. Uberlândia: Minas Gerais Navegando Disponível em: Publicações, 2023, p. 85-95.

file:///C:/Users/55219/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/LIVROS/LIVRO%203-min.pdf